

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.874 - MT (2019/0043043-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
SUSCITANTE : JOSE ANTONIO GONCALVES VIANA
SUSCITANTE : IVANIR MARIA GNOATTO VIANA
SUSCITANTE : MATEUS EDUARDO GONCALVES VIANA
ADVOGADO : JOSLAINE FABIA DE ANDRADE - MT0069000
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE PRIMAVERA DO
LESTE - MT
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 8A VARA CÍVEL DE SÃO PAULO - SP
INTERES. : LOUIS DREYFUS COMPANY BRASIL S.A
ADVOGADA : NANCY GOMBOSSY DE MELO FRANCO - SP185048

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência, no qual são suscitantes JOSÉ ANTÔNIO GONÇALVES VIANA, IVANIR MARIA GNOATTO VIANA E MATEUS EDUARDO GONÇALVES VIANA e suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT e o JUÍZO DA 8ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Discute-se, no presente conflito, qual dos Juízos é competente para dispor sobre ato expropriatório a ser efetivado contra o patrimônio dos suscitantes – empresários rurais.

Os suscitantes narram que requereram sua recuperação judicial em 2019, no primeiro Juízo suscitado, que, antes de deferir o processamento, determinou perícia judicial para avaliar o funcionamento das atividades e a documentação apresentada.

Apesar disso, o segundo suscitado, em execução de título extrajudicial, determinou o sequestro liminar de soja de propriedade dos suscitantes, mantendo a medida constritiva, após alertado sobre o pedido de recuperação.

Requerem a concessão de liminar, para que seja determinada a suspensão do ato construtivo, declarando-se a competência do Juízo da recuperação judicial para dispor, provisoriamente, sobre as medidas de urgência. No mérito, requer a declaração da competência do Juízo universal (e-STJ fl. 3/13).

É o relatório.

Decido.

Encontram-se presentes os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, o que autoriza a concessão da liminar.

O perigo na demora decorre da iminência de atos constritivos severos e nomeação dos exequentes como depositários, desfalcando a disponibilidade do patrimônio dos suscitantes.

A plausibilidade das alegações, por sua vez, também se configura. Com efeito, verifica-se haver precedente, no qual a Segunda Seção do STJ pacificou seu entendimento

sobre a questão, decidindo que, mesmo se tratando de crédito anterior ao deferimento da recuperação judicial, cabe ao juízo universal dispor a respeito de atos constitutivos e expropriatórios incidentes sobre o patrimônio da empresa:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FACE DE JUÍZO DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

1. A execução individual trabalhista e a recuperação judicial apresentam nítida incompatibilidade concreta, porque uma não pode ser executada sem prejuízo da outra.
2. O Juízo universal é o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução, ainda que o crédito seja anterior ao deferimento da recuperação judicial, devendo, portanto, se submeter ao plano, sob pena de inviabilizar a recuperação. Precedentes do STJ.
3. Competência do Juízo de Direito da 1.^a Vara Cível de Santa Helena de Goiás/GO, para o prosseguimentos de execuções trabalhistas.
4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 148.536/GO, Relator Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 8/3/2017, DJe 15/3/2017.)

Além disso, conforme a jurisprudência desta Corte Superior, a mera potencialidade ou risco de decisões judiciais conflitantes, em processos distintos, caracteriza o conflito de competência, confira-se:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL E JUSTIÇA FEDERAL. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. SFH. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. AÇÕES DE IMISSÃO E MANUTENÇÃO DE POSSE PROPOSTAS PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL E FEDERAL. POSSIBILIDADE DE DECISÕES CONFLITANTES. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 115 DO CPC. CONEXÃO. PREJUDICIALIDADE. SUSPENSÃO.

1. A mera potencialidade ou risco de que sejam proferidas decisões conflitantes é suficiente para caracterizar o conflito de competência, consoante interpretação extensiva conferida por esta Corte ao disposto no artigo 115 do Código de Processo Civil.
2. Os fundamentos das duas causas não se identificam, em que pese possa ser alegada a conexão, pois há que se reconhecer a existência de um vínculo substancial entre as duas demandas.
3. Segundo o disposto no art. 109 da CF/88, a Justiça Federal é absolutamente competente para julgar ação em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal tenham interesse na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes. Inexistente essa condição, a reunião de ações para julgamento conjunto não é possível, pois a competência absoluta é improrrogável.
4. Há que se reconhecer a existência de uma relação de prejudicialidade entre as demandas, autorizando a suspensão prevista no art. 265, IV, "a", do CPC.
5. Agravo regimental provido.

(AgRg no CC 112.956/MS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/4/2012, DJe 2/5/2012.)

Nesse sentido, a princípio, havendo pedido judicial de reerguimento pendente de exame e determinação da Justiça Cível que afeta os bens sujeitos à eventual recuperação judicial, está configurado o conflito de competência, pois há risco de serem proferidas decisões contraditórias referentes ao mesmo patrimônio.

Diante do exposto, CONCEDO A LIMINAR pleiteada, a fim de suspender a realização de atos constitutivos e expropriatórios pelo JUÍZO DA 8ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP, nos autos do processo n. 1010071-74.2019.8.26.0100, até o julgamento do presente conflito, e designo o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE – MT para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Oficie-se aos Juízos suscitados, com urgência, comunicando o teor da liminar e solicitando informações.

Após, à Procuradoria-Geral da República, para parecer.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator

